



# CESE Info

## Comité Económico e Social Europeu

### Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada Julho de 2017 | PT



## EDITORIAL

Caros leitores,

### Futuro da Europa

Como prometido ao presidente da Comissão, o Comité iniciou os trabalhos sobre o futuro da Europa e empenhou-se nesta tarefa. Alguns de nós procederam a consultas da sociedade civil nos nossos países, não só por valer a pena o Comité conhecer o melhor possível as expectativas de todos, mas também porque o Comité decidiu promover o que a Comissão preconizava: a apropriação do debate pelos cidadãos. É essa, aliás, a essência da missão que os Tratados confiam ao Comité.

Dispomos de meios modestos, pelo que não nos é possível organizar debates «descentralizados» sobre todas as questões que somos chamados a apreciar. Com efeito, tais debates implicam bastantes despesas, mesmo com a ajuda de conselhos económicos e sociais ou outras instituições nacionais ou com o apoio das representações locais das instituições europeias e das grandes organizações que os nossos membros representam diretamente. Mas é preciso saber ser corajoso, empenhar-se e investir no momento certo e nas situações que o justifiquem.

De resto, o Comité pediu com frequência às instituições europeias com poder de decisão que fizessem o mesmo e ousassem investir meios e fundos em benefício dos nossos cidadãos e da nossa economia. Tal justifica-se moralmente, e é economicamente rentável, para além de ser também um investimento politicamente rentável. Creio que fomos demasiado longe no desmantelamento da solidariedade e da construção europeias e espero sinceramente que sejam cada vez mais numerosos os dirigentes atuais ou potenciais, nos nossos países, a compreender por fim que a tática de culpar a União a toda a hora não resulta, nem mesmo para os próprios. O seu interesse, incluindo o interesse eleitoral, é fazer o contrário: poder valer-se dos êxitos da União para os quais tiverem dado um contributo importante. Na realidade, a grande maioria dos cidadãos não tem vontade de se lançar num qualquer projeto aventureiro e, mesmo entre os que se deixaram seduzir pelo populismo, muitos poderiam provavelmente aderir ao projeto europeu se dele não se sentirem excluídos, se este lhes for corretamente apresentado e funcionar corretamente.

Numa primeira fase, o Comité procurará fazer chegar à Comissão uma mensagem com o essencial da opinião da sociedade civil organizada, para a Comissão a poder utilizar depois do verão. Mas o processo não ficará por aqui, naturalmente. Não posso antecipar o teor dessa mensagem, mas espero que venha afirmar, seja de que forma for, a vontade de fazer recuar o êxito do discurso extremista e populista, contribuindo justamente para retomar os progressos da União, num novo estado de espírito e restabelecendo o seu verdadeiro objetivo: a paz, os nossos valores e o bem-estar dos nossos povos.

Georges Dassis  
Presidente do CESE

## AGENDA

**7 de setembro, Bruxelas**  
Diálogo Europeu sobre a União da Energia: evolução, governação e participação da sociedade civil

**12 e 13 de setembro, Taline (Estónia)**  
Soluções inteligentes para uma sociedade sustentável e inclusiva

**20 e 21 de setembro, Bruxelas**  
reunião plenária do CESE

## NESTA EDIÇÃO

**2** Não esquecer que a União da Energia deve beneficiar os cidadãos e as empresas

**3** Georges Dassis: «Decisão do Presidente Trump torna necessária maior participação da sociedade civil na transição climática»

**4** CESE celebra 30 anos do programa Erasmus

## Inteligência artificial: Europa tem de adotar abordagem em que os seres humanos mantenham o controlo

**A UE deve adotar políticas para desenvolver e implantar a inteligência artificial (IA) na Europa de modo a beneficiar, e não a prejudicar, a sociedade e o bem-estar social, sustentou o CESE num parecer de iniciativa sobre o impacto social da IA.**

Necessitamos de uma «abordagem da IA em que os seres humanos mantenham o controlo (*human-in-command*) (...) e em que as máquinas permaneçam máquinas e estejam constantemente sob o controlo de humanos», afirmou a relatora, **Cateljne Muller** (NL – Grupo dos Trabalhadores).

A dimensão do mercado da IA eleva-se a cerca de 664 milhões de dólares e deverá atingir os 38,8 mil milhões de dólares até 2025. É indiscutível que a IA pode ter grandes benefícios para a sociedade: pode ser utilizada para tornar a agricultura mais sustentável e os processos de produção mais respeitadores do ambiente, aumentar a segurança dos transportes, no trabalho e do sistema financeiro, melhorar os cuidados médicos, etc.

No entanto, os benefícios só podem ser alcançados se os desafios associados à IA forem igualmente enfrentados. O CESE identificou 11 domínios nos quais a IA suscita preocupações sociais, que vão desde a ética, a segurança, a transparência, a privacidade e as normas até ao trabalho, à educação, ao acesso, à legislação e regulamentação,



à governação, à democracia, à guerra e à superinteligência.

Não pode caber exclusivamente às empresas responder a estes desafios: os governos, os parceiros sociais e os cientistas também deverão ser envolvidos. O CESE considera que chegou a hora de a UE assumir um papel de liderança a nível mundial nesta matéria, através da definição de **regras e normas europeias, um código de ética europeu e estratégias laborais** para manter ou criar postos de trabalho.

O parecer defende ainda uma **infraestrutura europeia de IA**, com ambientes de aprendizagem de fonte aberta e respeitadores da privacidade, ambientes de teste em situações reais e conjuntos de dados de elevada qualidade para o desenvolvimento e a formação de sistemas de IA. Em associação com uma **certificação e um rótulo europeus de IA**, tal infraestrutura poderia ter o benefício adicional de proporcionar vantagens concorrenciais à União Europeia. (dm)

## CESE exorta o Comissário Tibor Navracsics a adotar plano de ação para a diplomacia cultural



Debate em reunião plenária com o Comissário Tibor Navracsics (ao centro) e relator Luca Jahier (primeiro a contar da direita)

A UE necessita de um plano concreto para promover a cultura como elemento vital nas sociedades abertas e tolerantes. O CESE realizou um debate com o Comissário Tibor Navracsics e aprovou, no seu

parecer, a estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais.

«Numa altura em que o extremismo continua a aumentar e em que os cidadãos

europeus, mais do que nunca, questionam a sua identidade comum, chegou o momento de mostrar firmeza e posicionar a cultura e as respetivas políticas no cerne da agenda política europeia», afirmou o relator **Luca Jahier**, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE, tendo acrescentado que «a UE deve aproveitar a dinâmica e criar uma estratégia e um plano de ação concretos para as relações culturais internacionais», tirando partido do impulso imprimido pelo Ano Europeu do Património Cultural (2018).

O CESE, embora se congratule com a recente comunicação conjunta, também instou a Comissão e o SEAE a reconhecerem a cultura como pilar do desenvolvimento sustentável, a integrarem a cultura nas estratégias de construção da paz e resolução de conflitos e a incluírem o diálogo entre religiões.

O **Comissário Tibor Navracsics** elogiou o parecer do CESE e concordou que todas as partes interessadas, nomeadamente a sociedade civil, assumem um papel importante na implementação desta estratégia. (mm/mq)



# Não esquecer que a União da Energia deve beneficiar os cidadãos e as empresas



Relatores Alfred Gajdosik e Tellervo Kylä-Harukka-Ruonala

No âmbito da avaliação do **2.º relatório anual sobre os progressos alcançados rumo à União da Energia**, o CESE exortou a Comissão Europeia a «voltar aos aspetos fundamentais»: «Há que lembrar o motivo pelo qual fazemos tudo isto. Fazemo-lo pelos cidadãos, pelas empresas e em benefício de toda a sociedade», afirmou a relatora, **Tellervo Kylä-Harukka-Ruonala** (FI – Grupo dos Empregadores). Segundo o CESE, o acompanhamento dos progressos realizados deve centrar-se em indicadores concretos, tais como os preços da energia, os valores da produção industrial, o número de postos de trabalho criados e a redução das emissões.

No seu parecer, o CESE encoraja também a Comissão a tomar medidas para reforçar o «cunho ecológico» da UE, um indicador que reflete a totalidade dos

impactos positivos de uma ação no ambiente. Prevê-se que as emissões da UE diminuam para cerca de 5% das emissões globais na próxima década. «Sobra-nos ainda 95%», afirmou a relatora. «A Europa deve procurar exportar os seus sistemas e produtos hipocarbónicos para o resto do mundo, o que nos permitirá combater as alterações climáticas não apenas na Europa, mas em todo o mundo.»

As novas regras da CE, que visam tornar o **mercado da eletricidade na UE** compatível com as energias renováveis, foram o tema de outro parecer adotado na plenária do CESE de maio. Embora se congratulasse com o pacote, o CESE sublinhou que é necessário fazer mais: «O CESE defende que os consumidores,

incluindo o setor industrial, as empresas comerciais e os agregados familiares, têm o direito de produzir, armazenar e vender energia. *As comunidades locais também devem ter o direito de apoiar, desenvolver ou alugar redes comunitárias.* São, no entanto, necessárias regras mais específicas para se poderem invocar esses direitos», afirmou o relator **Alfred Gajdosik** (AT – Grupo dos Interesses Diversos).

A descarbonização também suscita preocupação, e é necessário integrar nos preços os custos externos das energias convencionais, como as alterações climáticas e os danos para a saúde. Não «internalizar» estes custos colocará as energias renováveis numa posição de desvantagem concorrencial. Um regime fiscal ajudaria a orientar os investimentos no sentido da eletricidade verde, acrescentou o relator. (dm)

## CESE solicita à Comissão que pondere a extensão do âmbito da diretiva dos agentes cancerígenos

Saúda-se a introdução de novos limites de exposição para prevenir os cancros relacionados com o trabalho, mas poderia ser estendida às substâncias tóxicas para a reprodução e ao formaldeído



A Comissão Europeia deve ponderar a extensão do âmbito de aplicação da diretiva dos agentes cancerígenos e mutagénicos às substâncias tóxicas para a reprodução, depois de realizar uma avaliação de impacto para o efeito, defende o CESE no seu parecer sobre a «Proteção dos trabalhadores contra agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho».

O parecer analisou a segunda proposta de revisão da diretiva, apresentada pela Comissão, que introduz novos valores-limite vinculativos de exposição profissional para cinco substâncias consideradas cancerígenas. A primeira proposta de 13 novos valores-limite foi apresentada em maio de 2016, estando prevista outra atualização para 2018.

O CESE exortou a Comissão a prestar mais atenção às formas de exposição a agentes cancerígenos que afetam principalmente as mulheres que trabalham, nomeadamente, como cabeleireiras e empregadas de limpeza ou no setor da saúde. Recomendou igualmente a adoção de um valor-limite vinculativo de exposição profissional para o formaldeído.

O CESE apelou ao melhoramento da metodologia comum utilizada para determinar os valores-limite vinculativos de exposição profissional, devido à diferença de normas entre os Estados-Membros. Alguns países definiram esses valores-limite para mais de cem substâncias e outros para menos de dez.

Os cancros relacionados com o trabalho matam mais de 100 000 pessoas por ano na União Europeia. (ll)

# Antonio Tajani, presidente do PE, e Georges Dassis, presidente do CESE, comprometem-se a melhorar a cooperação e a ajudar a recuperar a confiança dos cidadãos na Europa



O presidente do PE, Antonio Tajani, com o presidente do CESE, Georges Dassis

Antonio Tajani, presidente do Parlamento Europeu, participou na reunião plenária do CESE na quinta-feira, 1 de junho, para debater as prioridades do PE e o reforço da cooperação entre as duas instituições.

«Os três principais desafios que temos de enfrentar em conjunto são o desemprego (especialmente o dos jovens), a migração e o terrorismo», afirmou **Antonio Tajani**.

Segundo **Georges Dassis**, presidente do CESE, cada ação e cada esforço do Comité demonstram claramente que o CESE defende a democracia europeia e que está «verdadeiramente empenhado em tornar realidade o lema de uma Europa unida, democrática, solidária, pacífica, próspera e próxima dos seus cidadãos».

**Antonio Tajani** e **Georges Dassis** comprometeram-se a melhorar o diálogo entre o PE e o CESE, a nível formal e informal, e a realizar intercâmbios regulares, debater ideias, bem como desenvolver e aprofundar a cooperação a fim de garantir uma resposta sólida ao que se passa no terreno. Estas ações deverão, por sua vez, melhorar a eficácia das políticas da UE, com um claro impacto na vida dos cidadãos comuns. (mr)

## «É preciso melhorar a qualidade da cooperação europeia no domínio da defesa»

É essencial que a UE continue a privilegiar a diplomacia preventiva e multilateral, mas, ao mesmo tempo, a Europa precisa de reforçar a sua capacidade de defesa militar para assegurar a liberdade e a paz, afirma o CESE.

No parecer sobre o «Plano de Ação Europeu de Defesa», adotado em maio, o CESE apoia a União Europeia da Defesa e apela para o reforço da cooperação europeia no domínio da defesa.

«A OTAN continua a estar na base da defesa coletiva europeia, mas a UE tem também de assumir mais responsabilidade pela segurança da União e dos seus cidadãos. É necessário reforçar mais a cooperação entre os Estados-Membros, e a melhor maneira de o conseguir é no quadro da União Europeia da Defesa», afirmou o relator **Christian Moos** (DE – Grupo dos Interesses Diversos). Como primeiro passo, o CESE

solicita que sejam fixados objetivos estratégicos comuns e congratula-se com o plano de criação do comité de coordenação.

Segundo o correlator **Jan Pie** (SE – delegado da CCMI), «esta fragmentação do mercado da defesa está em contradição com o reforço da segurança da UE». A fragmentação resulta na afetação ineficaz dos recursos, na duplicação de competências, na falta de interoperabilidade e em lacunas tecnológicas.

Todavia, o CESE não é favorável à utilização dos atuais fundos de investimento para financiar a indústria da defesa e subscree a proposta da Comissão de criar um Fundo Europeu de Defesa, limitado à investigação em matéria de defesa e ao desenvolvimento e aquisição de capacidades militares. (sma)



## CESE lança o Prémio para a Sociedade Civil 2017

**Destina-se a recompensar «projetos inovadores para promover o emprego de qualidade e o empreendedorismo para o futuro do trabalho»**

O CESE lançou o Prémio para a Sociedade Civil 2017, no valor de 50 000 euros. Este ano, os prémios serão atribuídos a projetos inovadores que visem ajudar os recém-chegados, e outras pessoas que necessitem de apoio, a entrar no mercado de trabalho.

As candidaturas devem ser apresentadas até 8 de setembro de 2017. Os vencedores receberão o prémio em 7 de dezembro de 2017.

O Prémio CESE para a Sociedade Civil, atualmente na sua nona edição, recompensa iniciativas de organizações da sociedade civil e/ou de cidadãos que tenham contribuído significativamente para promover a identidade e a integração europeias.

A criação de postos de trabalho, o emprego e a qualidade do trabalho para todos os grupos sociais têm sido uma prioridade constante das atividades do CESE (ver, por exemplo, <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.social-affairs>).

O formulário de candidatura e informações mais detalhadas sobre o Prémio para a Sociedade Civil estão disponíveis em linha em [www.eesc.europa.eu/civilsocietyprize](http://www.eesc.europa.eu/civilsocietyprize). (ac)

## Uma PAC mais forte e reformulada para melhor servir agricultores e ambiente

A política agrícola comum (PAC) é uma política essencial da União Europeia e todas as alterações introduzidas devem apoiar vigorosamente o modelo agrícola europeu e a agricultura familiar na UE. O CESE apresentou propostas específicas neste sentido no parecer sobre a «Eventual reformulação da política agrícola comum».

O CESE é muito favorável à manutenção do modelo da PAC assente em dois pilares. Nas palavras do relator, **John Bryan** (IE – Grupo dos Interesses Diversos), «os

pagamentos diretos (...) têm de apoiar os rendimentos agrícolas, financiar as medidas de gestão do mercado e reforçar a oferta de bens públicos. Os pagamentos a título do desenvolvimento rural (...) devem ser centrados nos programas económicos, ambientais e sociais baseados nos objetivos estabelecidos na Declaração de Cork 2.0 (...) [para] apoiar as regiões e os setores vulneráveis». A futura PAC também deve honrar os compromissos internacionais da Europa assumidos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da COP 21.

Entre as outras questões fundamentais abordadas pelo parecer figuram as seguintes:

- resposta aos desafios cruciais relacionados com a atenuação das alterações climáticas, a proteção ambiental e a proteção da biodiversidade;
- necessidade de assegurar que o orçamento após 2020 é suficiente para fazer face às exigências financeiras resultantes do Brexit, à pressão sobre os rendimentos agrícolas e à procura acrescida de bens públicos;

- criação de programas específicos sólidos para incentivar o emprego dos jovens agricultores e das mulheres;
- simplificação através de maior utilização da tecnologia e do afastamento da abordagem das auditorias/inspeções, extensão do sistema de cartões amarelos, etc.;
- manutenção e proteção das normas da UE em matéria de rastreabilidade, segurança alimentar e fiscalização veterinária e fitossanitária. (sma)

# Decisão do Presidente Trump torna necessária maior participação da sociedade civil na transição climática

## Comunicação de Georges Dassis, presidente do CESE

A decisão do presidente norte-americano, Donald Trump, de se retirar do Acordo de Paris sobre o clima é desastrosa e envia um sinal errado a todo o mundo. Esta decisão está do lado errado da História e penalizará sobretudo os Estados Unidos e os seus cidadãos. A transição

para um mundo hipocarbónico está em curso em todo o lado: nas cidades e no campo, na indústria e nas organizações públicas e privadas. É uma vaga de fundo, e a decisão dos Estados Unidos não a impedirá.

O CESE promove desde há muitos anos iniciativas da sociedade civil que envolvem no terreno grupos de indivíduos, PME, trabalhadores e diversas associações. Estas iniciativas, muitas vezes voluntárias, devem ser apoiadas para

poderem contribuir de forma mais substancial e ampla para os esforços no âmbito do Acordo de Paris. O CESE está empenhado em trabalhar com estas iniciativas lançadas a nível local e regional, a fim de melhor compreender o que é necessário para pôr em prática medidas sustentáveis e eficazes. O Comité uniu forças com uma série de intervenientes que partilham a mesma visão, como o Comité das Regiões Europeu, a OCDE e o Comité 21 (uma rede francesa de intervenientes no âmbito do desenvolvimento

sustentável). Na próxima Conferência das Partes (COP 23), que terá lugar em novembro em Bona, estes intervenientes planeiam formular propostas concretas com vista a reforçar o papel da sociedade civil e dos órgãos de poder local no âmbito do Acordo de Paris. Ao retirar-se do Acordo, o Presidente Donald Trump torna ainda mais necessária uma mobilização forte da sociedade civil. Os cidadãos do mundo devem tomar o seu destino nas suas próprias mãos e empenhar-se, através das suas ações quotidianas, em trabalhar para um futuro sustentável.

Neste novo contexto, a liderança europeia no domínio das alterações climáticas é mais crucial do que nunca e deverá ser reforçada no quadro de negociações climáticas multilaterais, nomeadamente por ocasião da reunião fundamental da COP 23.

## Presidência estónia do Conselho da União Europeia: Europa unida e determinada

No segundo semestre de 2017, a Estónia assume a Presidência do Conselho da UE pela primeira vez. Num momento em que a Europa enfrenta desafios complexos a nível interno e externo, designadamente o início das negociações sobre a saída do Reino Unido da UE, a migração e a estagnação do crescimento económico, o objetivo global da Presidência estónia é garantir que a UE continua unida e determinada.

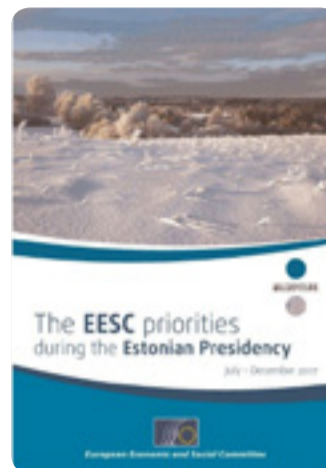
As quatro prioridades da Presidência estónia são:

- uma economia europeia aberta e inovadora,
- uma Europa segura e protegida,
- uma Europa digital e a livre circulação de dados,
- uma Europa inclusiva e sustentável.

Na qualidade de país que exerce a Presidência, a Estónia considera ainda importante ouvir as opiniões dos grupos de interesse pertinentes, como parte do trabalho da União Europeia, e alcançar um equilíbrio entre as diferentes perspetivas, tradições e interesses na Europa. Todas as iniciativas devem ser concebidas para facilitar a vida das empresas e dos cidadãos, bem como para reduzir a burocracia, utilizando tanto quanto possível soluções eletrónicas.

Dada a importância destas prioridades, a Presidência estónia solicitou ao CESE a elaboração de pareceres exploratórios sobre os seguintes temas:

- fornecimento e desenvolvimento de competências, incluindo as competências digitais, no âmbito das novas formas de trabalho: novas políticas e evolução dos papéis e das responsabilidades,
- o papel e as oportunidades dos parceiros sociais e outras organizações da sociedade civil no contexto das novas formas de trabalho,
- Utilização dos solos para a produção sustentável de alimentos e serviços ecossistémicos
- tributação da economia da partilha. (mra)



Em conjunto com a Presidência estónia, o CESE acolhe uma exposição do trabalho dos fotógrafos Aivar Pihelgas, Jaanus Ree, Ilmārs Znotiņš, Jelena Rudi, Sven Začek e Rene Mitt com imagens de um dos maiores eventos corais amadores do mundo, no qual participam milhares de cantores e dançarinos vestidos com trajes nacionais coloridos.

A exposição será inaugurada durante a reunião plenária de julho (5 de julho de 2017) e poderá ser visitada até **31 de julho, no Atrium 6 do edifício JDE.** (jp)

## Principais eventos do CESE relacionados com a Presidência estónia

- **5 de julho de 2017:** abertura da exposição de fotografia «Cores da Estónia», de Aivar Pihelgas (Bruxelas)
- **6 de julho de 2017:** apresentação das prioridades da Presidência estónia da UE, por Matti Maasilta, ministro-adjunto dos Assuntos Europeus, reunião plenária do CESE (Bruxelas)
- **12 de setembro de 2017:** reunião extraordinária do Grupo dos Interesses Diversos do CESE (Taline)
- **13 e 14 de setembro de 2017:** conferência de alto nível sobre «O futuro do trabalho: simplificação através de recursos eletrónicos» (Taline)
- **6 de outubro de 2017:** reunião extraordinária do Grupo dos Trabalhadores do CESE (Taline)
- **24 e 25 de outubro de 2017:** conferência da Manufature e seminário do Grupo dos Empregadores do CESE sobre as «Vantagens da sociedade digital» (Taline)
- **7 de novembro de 2017:** abertura da exposição de fotografia sobre a natureza da Estónia, de Remo Savisaar (Bruxelas)
- **9 e 10 de novembro de 2017:** conferência sobre «Transportes digitais» (Taline)
- **6 de dezembro de 2017:** sarau cultural estónio (Bruxelas) (mra)

## ACP-UE: 28.ª reunião dos meios económicos e sociais

Os delegados debateram os resultados dos acordos de parceria económica e apelaram à maior participação dos agentes económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento pós-Cotonu

Em maio, o CESE realizou a 28.ª reunião trienal dos meios económicos e sociais do Grupo dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e dos países da UE em Bruxelas. Na declaração conjunta

aprovada são referidos cinco domínios principais: relações comerciais, novo consenso europeu sobre o desenvolvimento, prevenção e redução das perdas e desperdícios alimentares, industrialização como motor de desenvolvimento e futuro das relações da UE com os países ACP.

Na abertura do debate, **Yves Somville** (BE – Grupo dos Interesses Diversos), presidente do Comité de Acompanhamento UE-ACP do CESE, deixou claro

que a reunião seria dedicada ao tema da «luta por uma futura parceria moderna, equitativa e genuína com os países ACP». **Georges Dassis, presidente do CESE**, acrescentou: «Temos de construir uma relação forte entre a UE e os países ACP que traga benefícios para todos. Lutaremos por um quadro que garanta a participação de intervenientes não estatais e organizações da sociedade civil.» (mm)

## A forma como o CESE contribuiu para mudar o rosto das consultas das partes interessadas pela Comissão Europeia

**Bernd Dittmann** (DE – Grupo dos Empregadores), relator sobre «Legislar Melhor» do CESE Info, fala sobre a sua experiência como representante do CESE na plataforma REFIT da Comissão Europeia

### CESE Info: Bernd Dittmann, qual a finalidade da Plataforma REFIT?

Bernd Dittman: A plataforma foi anunciada no Programa Legislar Melhor, de 2015, da Comissão, e iniciou o seu trabalho em janeiro de 2016. Reúne representantes dos Estados-Membros e das partes interessadas que avaliam as propostas de simplificação regulamentar apresentadas através do formulário «Reduzir a burocracia». Partilho o mandato com Denis Meynent (FR – Grupo dos Trabalhadores) e Ronny Lannoo (BE – Grupo dos Interesses Diversos), representando em conjunto os interesses do CESE. Os pareceres da plataforma são apresentados diretamente ao primeiro vice-presidente da Comissão, Frans Timmermans, e introduzidos no programa de trabalho anual da Comissão.

### Em que prioridades se centrou durante o seu mandato?

As prioridades foram definidas com base no contributo das secções e incidiam num conjunto de propostas de simplificação, nomeadamente, do regulamento relativo



Bernd Dittmann, membro do CESE



aos produtos de construção, da diretiva relativa aos atrasos de pagamento e dos mecanismos de consulta das partes interessadas. Este último exemplo é particularmente digno de nota: tendo por base o parecer do CESE de 2015 sobre a «Avaliação da consulta das partes interessadas pela Comissão Europeia», de Ronny Lannoo, os representantes dos sindicatos, dos consumidores e da indústria elaboraram conjuntamente recomendações

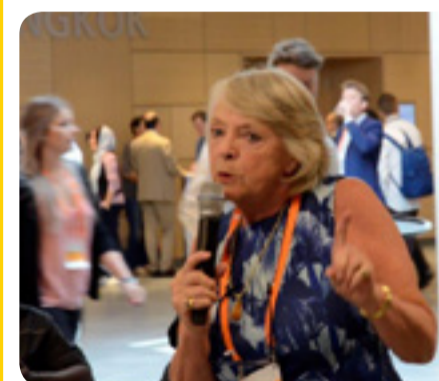
que foram adotadas por unanimidade por todas as partes interessadas e receberam o apoio total do Vice-Presidente Frans Timmermans. Este parecer incitará a Comissão a rever a forma como conduz as consultas públicas – um assunto que é há muito objeto de debate público.

### Depois de terminar o mandato, que conclusões retira relativamente à plataforma?

Penso que a nossa participação na plataforma é um exemplo de boas práticas no que se refere à cooperação bem-sucedida entre os três grupos do Comité.

Além disso, fortalece a nossa posição em relação aos Estados-Membros e oferece uma verdadeira oportunidade de contribuir para legislação mais eficiente. Por último, mas não menos importante, dá-nos a oportunidade de ajudar a moldar a agenda política da UE através do contributo para o programa de trabalho da Comissão. Isto significa que a plataforma tem um valor acrescentado substancial para o CESE – e vice-versa.

## Jane Morrice propõe que a Irlanda do Norte seja membro honorário da UE



**Jane Morrice**, membro do CESE, propôs que a Irlanda do Norte se tornasse membro honorário da UE, continuando, todavia, a fazer parte do Reino Unido. A proposta surgiu na sequência do apelo dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia à procura de «soluções flexíveis e imaginativas» para as circunstâncias singulares da Irlanda no âmbito das futuras negociações do Brexit.

Jane Morrice escreveu, num artigo recentemente publicado pela *Euronews*, que a qualidade de membro honorário da UE protegeria o processo de paz na Irlanda do Norte e impediria uma fronteira rígida com a República da Irlanda, respeitando, ao mesmo tempo o Acordo de Sexta-Feira Santa. Poderia ainda «promover a paz mundial, transformando a Irlanda do Norte numa rampa de lançamento para uma nova iniciativa de consolidação da paz mundial liderada pela UE», afirma Morrice, que em 2008 foi relatora do parecer do CESE sobre «O papel da UE no processo de paz na Irlanda do Norte». Para mais informações sobre a proposta, consultar: <http://bit.ly/2rdm1vn> (dm)

## A Europa não pode perder mais tempo

pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

O parecer que o CESE está a elaborar em resposta ao Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa assume particular importância para o Grupo dos Trabalhadores. Os membros deste grupo pretendem transmitir a mensagem clara de que a Europa tem de mudar e não pode continuar a tolerar a desigualdade.

Para isso, a Europa precisa de recuperar o sentido de comunhão de objetivos que orientou os seus fundadores se quiser que

as suas conquistas e valores sejam preservados e se quiser ter um futuro.

Por este motivo, o CESE apela a uma integração mais profunda e coesa em muitos domínios, desde a política em matéria de clima e energia, o mercado único digital e a governação da UEM até uma política industrial comum. Contudo, os trabalhadores precisam da promoção imediata de uma convergência social ascendente, com resultados no plano social e no emprego, de mais e melhores postos de trabalho, bem como de salários justos.

Neste contexto, o Grupo dos Trabalhadores salienta a importância da coesão social



e económica, um domínio em que a criação do mercado único e da moeda única geram expectativas ainda por concretizar. Por este motivo, apoia firmemente a introdução de um **pilar social** para acrescentar uma forte dimensão social ao mercado único e assegurar que os benefícios da recuperação económica em curso servem a sociedade no seu conjunto, incluindo as populações mais vulneráveis. (mg) ●

## Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma nova fronteira de direitos e de progresso para a EU

Conclusões da conferência organizada pelo Grupo dos Interesses Diversos em Bruxelas, de 22 a 23 de maio de 2017

pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE

Trinta anos depois da definição do conceito de desenvolvimento sustentável, o nosso futuro comum está profundamente ameaçado. Numa altura em que outros viram as costas aos seus compromissos, é imperativo que a **UE mantenha a dinâmica**, acelerando, investindo e **abraçando a mudança**. Agora é o momento do compromisso a longo prazo, para fazer a transição para uma economia inclusiva, equitativa, resistente, hipocarbónica, circular e colaborativa. Agora é o momento da **liderança política**, para repensar os nossos modelos de crescimento e melhorar o bem-estar. Para conciliar a prosperidade económica com a inovação, a inclusão social, a **participação democrática** e a sustentabilidade ambiental, tudo dentro das nossas fronteiras globais. Devemos ter a convicção e a



Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos

audácia de defender as dimensões universais, indivisíveis e que se reforçam mutuamente da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

É crucial, portanto, que nos **apoiemos nos nossos valores europeus** e salvaguardemos o exercício dos direitos humanos, económicos, sociais e culturais. No entanto, só poderemos conceber

e **proporcionar este novo mundo** trabalhando de forma transparente e em parceria com o maior número possível de agentes sociais e económicos de um amplo espectro de organizações da sociedade civil. É a **sociedade civil que impulsionará a mudança**, com **iniciativas emanadas da base** que respeitem as opiniões e os direitos das populações locais. Mais, só poderemos embarcar neste novo mundo tornando o desenvolvimento sustentável financeiramente acessível a todos os cidadãos, transformando perceções e atitudes, desenvolvendo uma nova narrativa atrativa e, em última análise, criando uma cultura de sustentabilidade entre os europeus. Esta será a base para **inspirar nova esperança e confiança** nos nossos sistemas democráticos. A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável tornar-se-á o nosso **Contrato Social Europeu do século XXI**.

Leia as recomendações finais aqui. (cl) ●

## Empregadores apelam a medidas concretas para facilitar investimento privado

pelo Grupo dos Empregadores do CESE

A **eliminação dos obstáculos ao investimento e uma melhor promoção do investimento privado são as medidas que os empregadores consideram cruciais para incentivar os investimentos do setor privado na Europa**. Numa declaração conjunta, **todas as principais organizações de empregadores maltesas, em conjunto com o governo de Malta e o Grupo dos Empregadores do CESE, enunciaram as questões mais urgentes para os decisores políticos com vista a facilitar o investimento**.

As políticas nacionais e da UE devem proporcionar estabilidade e facilitar o exercício da atividade empresarial. O mercado único é um ativo importante para atrair investimento, mas é necessária maior flexibilidade e pragmatismo. De acordo com a declaração, é necessário mais investimento público e privado em domínios como a tecnologia e a inovação.

«As empresas precisam de liberdade para operar e nós solicitamos estabilidade jurídica, regulamentar e política para atrair investimentos a longo prazo», afirmou **Jacek P. Krawczyk**, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE. «As nossas economias reclamam espaço para respirar. Devemos libertar e liberalizar



Primeiro-Ministro maltês, Joseph Muscat, e Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores, logo após a cerimónia de assinatura

responsavelmente as nossas estratégias de investimento», acrescentou **Joseph Muscat**, primeiro-ministro de Malta.

A declaração foi assinada durante a conferência intitulada «**A UE incentiva o investimento privado?**», que teve lugar em 11 de maio de 2017, durante a Presidência maltesa do Conselho da União Europeia, e foi organizada conjuntamente pelo Grupo dos Empregadores e por todas as organizações de empregadores maltesas. (lj) ●

## NOTÍCIAS BREVES

CESE celebra 30 anos do programa Erasmus – Um marco para a identidade europeia

Desde 1987, o programa de intercâmbio Erasmus tem tido um impacto importante na vida de mais de 9 milhões de europeus. No mês passado, o CESE e a Universidade Livre de Bruxelas organizaram um evento para celebrar o 30.º aniversário do programa e o CESE adotou um parecer sobre a «Avaliação intercalar do programa Erasmus+».

Apesar do reconhecimento do Erasmus como um marco na criação de uma identidade europeia, tanto a sociedade civil como os estudantes apelaram à disponibilização

de mais recursos e oportunidades para os mais desfavorecidos e salientaram a necessidade de melhorar a participação da sociedade civil na governação do programa e a cooperação intersetorial.

«O programa Erasmus é uma conquista europeia fantástica que beneficia os jovens e deve ser alargado aos estudantes do ensino secundário e aos trabalhadores, em especial os jovens aprendizes», afirmou o presidente do CESE, **Georges Dassis**. (mq) ●

Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE, na Eurovisão para empresas em fase de arranque

Em 7 de junho, o vice-presidente do CESE, **Gonçalo Lobo Xavier**, participou na cerimónia de entrega dos **Prémios StartUp Europe**, realizada no Parlamento Europeu, tendo entregado dois dos dez prémios atribuídos. A iniciativa, apelidada de «Eurovisão para empresas em fase de arranque» (*Eurovision for startups*), distinguiu as dez empresas em fase de arranque que mais se destacaram na Europa em 2016 nas seguintes categorias: criatividade, energia, tecnologia financeira, ecologia, saúde, TIC, cidades inteligentes, questões sociais, turismo e água. Antonio Tajani, presidente do Parlamento Europeu e forte defensor desta iniciativa, foi o anfitrião da cerimónia e Carlos Moedas, comissário europeu responsável pela Investigação, Ciência e Inovação, dirigiu a palavra aos vencedores e entregou alguns dos prémios. As

empresas galardoadas foram: a Robocamp (PL), a Tespack (FI), a INZMO (ET), a Windcity (IT), a NeuronGuard (IT), a VyzVoice (LU), a CityCrop (EL), a TempBuddy (IE), a Waynabox (ES) e a APSU (ES).

A iniciativa, ainda no seu primeiro ano, é promovida pela Comissão Europeia e executada pela Fundação Finnova em cooperação com a Startup Europe, com o objetivo de identificar exemplos inspiradores que possam ajudar a desenvolver o empreendedorismo na Europa. Tal como muito do trabalho do CESE, visa em particular identificar modelos de crescimento sustentável e estratégias de investimento para a criação de emprego, bem como meios para transformar a UE numa economia competitiva e eficiente na utilização de recursos. (mre) ●



Comissária Cecilia Malmström e Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE, com os Ciclistas Verdes da UE, à porta do edifício Berlaymont

Vice-Presidente do CESE Gonçalo Lobo Xavier e Comissária Cecilia Malmström desejam aos participantes da 5.ª volta dos «Ciclistas Verdes da UE» uma viagem segura

Em 31 de maio, Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE, e Cecilia Malmström, comissária europeia responsável pelo Comércio, acompanharam, de bicicleta, os Ciclistas Verdes da UE no primeiro quilómetro da sua volta anual, que este ano os leva até Essen, na Alemanha.

Partindo do edifício Berlaymont, acompanharam os oito ciclistas até às Arcadas do Cinquentenário, desejando-lhes sucesso para a quinta volta anual em bicicleta até uma «capital verde da UE». O grupo visita capitais da UE que desenvolvem iniciativas especiais para enfrentar os desafios ambientais, como as infraestruturas verdes,

mostrando que esta é uma das principais prioridades da UE. Promovem os esforços de cada capital deslocando-se até ela através do meio de transporte mais sustentável e amigo do ambiente – a bicicleta.

Os Ciclistas Verdes da UE pretendem chegar a Essen a 2 de junho e preveem regressar a Bruxelas a 4 de junho, numa viagem de quase 600 km no total. Este ano, o grupo é composto por cinco homens e três mulheres de sete nacionalidades. Nas voltas anteriores deslocaram-se a Nantes (2013), Copenhaga (2014), Bristol (2015) e Liubliana (2016). (mm) ●

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

**Editores:**  
Füssli Karin (editor-chefe)  
Daniela Marangoni (dm)

**Colaboraram nesta edição:**

Anna Comi (ac)  
Chloé Lahousse (cl)  
Daniela Marangoni (dm)  
Jonna Pedersen (jp)  
Katerina Serifí (ks)  
Laura Lui (ll)  
Leszek Jarosz (lj)  
Margarita Gavanias (mg)  
Margarida Reis (mre)  
Milen Minchev (mm)  
Mireia Quingles (mq)  
Monika Raide (mra)  
Silvia M. Aumair (sma)

**Coordenação:**  
Daniela Marangoni (dm)  
Katerina Serifí (ks)

**Data do fecho desta edição:**  
9 de junho de 2017

**Endereço:**

Comité Económico e Social Europeu  
Edifício Jacques Delors,  
Rue Belliard, 99, B-1040 Bruxelas, Bélgica  
Tel.: (+32 2) 546.94.76

Fax: (+32 2) 546.97.64

Correio eletrónico:

eescinfo@eesc.europa.eu

Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do CESE Info em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o CESE Info encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em setembro de 2017.

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO

Julho de 2017 / 7



Serviço das Publicações